

.REGULAMENTO DOS SERVIÇOS DE TÁXIS

CAPITULO I

Da Exploração

Art.1º - Para efeito deste regulamento, defina-se como táxi o veículo automotor leve, destinado ao transporte individual de passageiros, mediante pagamento de tarifa fixada pela Prefeitura Municipal, conforme especificado nos seus artigos 10 e 11.

Art. 2º - Os serviços de táxis no Município de Niterói serão explorados através de permissão da Prefeitura Municipal:

I – profissionais autônomos, proprietários de, no máximo, até 03(três) veículos.

II – empresa legalmente constituída, cuja frota mínima seja de dez veículos.

Parágrafo único – os proprietários de táxis, com mais de 03(três) veículos deverão constituir-se em empresas no prazo de dois anos , a partir da data da publicação do presente regulamento.

Art. 3º - Os profissionais autônomos que se candidatarem à permissão deverão comprovar as seguintes exigências, dentre outras que poderão ser formuladas:

I – bons antecedentes, conforme atestado fornecido pela repartição competente;

II – idoneidade financeira, conforme declaração de um ou mais estabelecimento bancários;

III – estar quites com tributos municipais, conforme certidão negativa a ser fornecida pela prefeitura, e exibir prova de pagamento de TRU, Seguro obrigatório de Licenciamento do veículo

Ar.4º - As empresas que se candidatarem à permissão deverão comprovar as seguintes exigências, dentre outras que poderão ser formuladas;

I – registro social;

II – propriedade de frota mínima de 10 (dez veículos);

III – idoneidade financeira, segundo atestado de um ou mais estabelecimentos bancários com o qual opere;

IV – garagem com capacidade para o total da frota;

V –prova de quitação com os tributos municipais, TRU, Seguro obrigatório de veículos.

Art.5º - São obrigações do Permissionário:

I – respeitar as disposições das leis e regulamentos em vigor e do respectivo termo de permissão;

II – instituir os seguros previstos em lei e no termo de permissão;

III- manter os veículos em boas condições de funcionamento, higiene e segurança;

IV – contratar seus empregados pelas normas de legislação trabalhista;

V- registrar seus veículos no órgão competente da Prefeitura;

VI - submeter seus veículos, anualmente, à vistoria da Prefeitura Municipal ou sempre que julgar necessário por esta;

VII – respeitar os horários e a distribuição de pontos e áreas de trabalho elaborados pela Prefeitura Municipal;

CAPÍTULO II

Dos Serviços de Táxis

Art. 6º - Os táxis, quando em via pública, deverão ficar à disposição do público;

§ 1º - É vedado ao motorista ou proprietário de táxi recusar a prestação de serviços ao público, salvo nos casos previstos neste regulamento;

§ 2º - O motorista que cessar suas atividades retirará da praça o veículo que dirige, salvo se no local estiver outro motorista, devidamente habilitado, que sem descontinuidade o substitua;

Art. 7º – A Prefeitura Municipal determinará os pontos de táxis, tanto no centro quanto nos bairros;

Parágrafo único – A Prefeitura municipal poderá estabelecer áreas em que os táxis poderão estacionar, para descanso, fora dos pontos.

Art. 8º - o motorista é obrigado, sem qualquer ônus para o passageiro além do pagamento da tarifa vigente, a efetuar o transporte de bagagem, desde que estas não prejudiquem a segurança ou conservação do veículo, por suas dimensões, natureza ou peso.

Art.9º - O motorista não é obrigado a efetuar o transporte de animais de espécie alguma.

Parágrafo único – Poderão ser transportados animais domésticos, à critério do motorista e sob a responsabilidade dos passageiros, sem acréscimo à tarifa vigente.

CAPÍTULO III

Dos Veículos De Aluguel (TÁXI)

Art. 10 – Para os efeitos desse regulamento considera-se veículos de aluguel a taxímetro(táxi) os carros de passeio onde as características técnicas de fabricação sejam mantidas sem adulteração, inclusive no caso de reposição de peças, que registradas e licenciadas nesta categoria em consonância com o Código Nacional de Transito e respectivo regulamento e as resoluções dos órgãos normativos e

coordenadores integrantes do sistema nacional de trânsito, e devidamente provido de taxímetro, se destinem ao uso público para transporte de passageiros, remunerados mediante tarifas aprovadas pelo órgão permitente.

Parágrafo único – Quando a adulteração envolver a introdução de combustível não autorizado pelo órgão próprio, ou que ponha em risco o usuário, o veículo será apreendido com a cassação da permissão, em prejuízo da sanção pecuniária específica.

Art. 11 – Para o serviço público de transporte e passageiro em veículos de aluguel a taxímetro, somente será admitido o automóvel:

- a) que possuir 2 (duas) ou 4(quatro) portas laterais;
- b) cuja série, a partir da data de aquisição do veículo novo (zero quilometro), comprovada pela fatura de aquisição, não ultrapasse dois anos, em caso de substituição, transferência ou permissão;
- c) que esteja dotado de todos os equipamentos determinados pelo Código Nacional de Trânsito e respectivo Regulamento, bem como nas resoluções dos órgãos normativos e coordenadores do Sistema Nacional de Trânsito, bem como do Poder Permitente;
- d) que apresente adequadas condições de segurança, higiene e boa aparência interna e externa;
- e) que seja pintado na cor azul báltico (3019 ou 9519 –DUCO/DULUX) ou azul tapajós (9233 – DUCO/DULUX) ou em igual tom de outro fabricante, com faixa branca (4647 – Duco, ou similar nas laterais, sendo o veículo identificado pelo número de ordem ou registro, pintado sobre a faixa nas portas laterais. Na mesma cor do fundo, conforme modelo que acompanha este Decreto;
- f) que esteja devidamente licenciado, mediante documentação comprobatória.

Parágrafo Único – O período de vida útil dos veículos prestadores do serviço de táxis, fica estabelecido em 7 (sete) anos a contar da aquisição do veículo novo (0 KM) comprovada pela fatura de aquisição , ressalvados os que estão em pleno e legal funcionamento para os quais o Poder Permitente estabelecerá, através de normas complementares, prazo para sua permuta.

Art. 12 – Os táxis deverão possuir, obrigatoriamente:

I – taxímetro devidamente aferido e lacrado pelo órgão competente;

II – tabuleta com a palavra TÁXI na parte externa superior devidamente iluminada à noite;

III – tabuleta de preço em vigor, devidamente autenticada pela prefeitura Municipal, quando ainda não atualizada a aferição do taxímetro;

IV – fotografia do motorista de serviço e o número de seu prontuário, afixado no pára- brisa com vista para o interior do veículo, e autenticado pelo órgão competente da Prefeitura;

V – quadro contendo a licença e o selo de vistoria da Prefeitura Municipal;

VI –lotação máxima inscrita na tabuleta;

VII – qualquer outro aparelho ou dispositivo que as autoridades competentes determinarem.

Art. 13 – São ainda equipamentos obrigatórios para os táxis, além de outros que venham a ser exigidos:

I – pára-choques dianteiros e traseiros;

II – espelhos retrovisores (interno e externo)

III – limpadores de pára-brisa

IV – pala interna de proteção contra o sol, para motorista e passageiros;

V – faroletes e faróis dianteiros de luz branca;

VI – lanternas de luz vermelha na porta traseira;

VII – velocímetro;

VIII – buzina

IX – dispositivo de sinalização noturna de emergência, independente de circuito elétrico (triângulo);

X – extintor de incêndio;

XI – silenciador de ruídos de eplusão do motor;

XII – freios de estacionamento e de pé com os comandos independentes;

XIII – luz para o sinal de “pare”;

XIV – iluminação de placa traseira;

XV – indicadores luminosos de mudança de direção na frente e atrás;

XVI – cintos de segurança, instalados em número correspondente ao de passageiros, inclusive o motorista;

XVII – pisca-pisca de alerta;

XVIII – marcador de combustível.

CAPÍTULO IV

Dos Motoristas de Táxis

Art. 14 – Os táxis só poderão ser conduzidos por motoristas profissionais habilitados, devidamente inscritos no órgão competente da Prefeitura Municipal.

Art.15 – Além daqueles deveres referentes a todo e qualquer condutor de veículo, o motorista de táxi está obrigado a:

I – apresentar-se asseado e com o uniforme padronizado pela Prefeitura, decentemente trajado;

II – obedecer ao sinal de parada feito por pessoa que deseje utilizar o veículo, sempre que circular com a tabela “LIVRE”;

III – seguir o itinerário mais curto, salvo determinação expressa do passageiro ou da autoridade de trânsito;

IV – indagar o destino do passageiro somente depois que este se acomodar no interior do veículo;

V – usar da maior correção e urbanidade para com os passageiros;

VI – verificar, ao fim de cada corrida, se foi deixado algum objeto no veículo, entregando-o em caso afirmativo, mediante recibo, dentro de 24 (vinte e quatro) horas, a Delegacia Policial mais próxima, na Prefeitura Municipal ou na Polícia Militar;

VII – ligar o rádio receptor, somente, quando a pedido do passageiro;

VIII – estacionar somente nos lugares permitidos;

IX – recusar condução a indivíduos perseguidos pela Polícia

X – apanhar a bagagem dos passageiros na calçada e acomodá-la no interior do veículo, retirando-a e colocando-a na calçada, ao desembarcar o passageiro, desde que esta tenha as suas dimensões e características que permitam acomodação em local apropriado para a bagagem, independentemente de cobrança de tarifa suplementar.

XI – manter o veículo limpo e conservado.

Art. 16 – É vedado ao motorista de táxi, sem prejuízo das proibições decorrentes de outros dispositivos legais e regulamentares:

I – cobrar acima da tarifa fixada pela Prefeitura Municipal;

II – abandonar o veículo, nos locais de estacionamento ou fora deles, sem motivo justificado;

III – reduzir ou elevar em excesso, intencionalmente, a marcha permitida pelas condições de trânsito e pelos limites de velocidade permitidos pela autoridade;

IV – fazer-se acompanhar ao veículo, de pessoas estranhas ao serviço;

V – importunar os transeuntes, insistindo pela aceitação dos seus serviços;

VI – dormir ou fazer refeições no interior do veículo;

VII – conduzir pessoa manifestadamente embriagada ou em estado precário de limpeza;

VIII – estacionar fora dos locais permitidos;

IX – conduzir passageiro ou bagagem, mantendo indicação “LIVRE”;

X – dirigir o veículo com excesso de lotação.

Art. 17 – O motorista deverá permanecer junto ao veículo quando nos pontos de táxis.

Art. 18 – Na hora das refeições ou ao recolher o veículo, o motorista deverá afixar no pára-brisa o cartão de autorização de descanso, de acordo com a regulamentação própria.

Art. 19 – É vedado ao passageiro sugerir ou solicitar aos motoristas qualquer ação ou omissão que implique em desrespeito às normas estabelecidas neste regulamento ou em outras disposições legais concernentes.

CAPÍTULO V

Da Vistoria Obrigatória

Art.20 – Os táxis só poderão entrar em serviço após vistoria da Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único – Os veículos liberados para entrar em serviço ficarão sujeitos a vistoria a critério do Poder Permitente.

Art. 21 – Nas vistorias será verificada se os veículos satisfazem as condições da legislação própria, inclusive deste Regulamento, principalmente quanto à segurança, estabilidade, conforto e aparência.

Parágrafo Único – Em nenhuma hipótese poderá ser procedida substituição do veículo, objeto da permissão já outorgada, por outro carro de fabricação ou modelo anterior.

Art. 22 – No interior do veículo aprovado em vistoria, será aplicado, pela Prefeitura Municipal, um selo no qual constará a data da vistoria e o seu prazo de validade.

CAPÍTULO VI

Das Tarifas

Art. 23 – As tarifas serão estabelecidas por Decreto do Prefeito Municipal.

§ 1º - As tarifas serão calculadas com base na apuração dos custos e serviços;

§ 2º - No estabelecimento das tarifas, serão levados em conta os custos fixos, custos diretos e indiretos dos serviços, assim como taxa de remuneração do capital empregado pelo permissionário, a ser estabelecida pela Prefeitura Municipal;

§ 3º - As tarifas serão revistas quando o aumento dos custos dos serviços o exigir, a critério do Poder Permitente.

Art. 24 – É vedada a combinação entre passageiros e motoristas que implique no aumento da tarifa.

Art. 25 – Compete ao Prefeito Municipal estabelecer os limites de zonas para aplicação de tarifas comuns e adicionais.

Art. 26 – Poderá ser fixada tarifa adicional por serviços em zonas especiais.

Art. 27 – ~~A tarifa adicional por serviços noturnos incide sobre os trabalhos prestados entre 23 (vinte e três) horas e 6 (seis) horas da manhã seguinte;~~ *(Alterado pelo decreto nº 9604/ 2005)*

Parágrafo único – A tarifa adicional por serviços noturnos será cobrada segundo marcação da bandeira 02.

Art. 28 – A tarifa adicional por serviços em zonas especiais é devida em zonas íngremes ou de difícil acesso a serem estabelecidas pelo Executivo Municipal;

Parágrafo único – A tarifa adicional por serviço em zonas especiais será cobrada segundo a marcação da bandeira 02.

CAPÍTULO VII

Da Transferência

Art. 29 – A transferência só será considerada após processo regular junto à Prefeitura Municipal de Niterói, onde serão observados os requisitos do Art.3º, e após decisão favorável da autoridade.

CAPÍTULO VIII

Das Normas Disciplinares e da Relação de Infração e Graduação de Sanções e Multas

Art. 30 – Ficam aprovadas as Normas Disciplinares e a Relação de Infrações, Graduação de Sanções e Multas aplicáveis aos permissionários e auxiliares de serviço público de transportes de passageiros de veículo de aluguel e taxímetro constantes das ‘ Normas Disciplinares e da Relação de Infrações e Graduação de Sanções e Multas do Serviço de Taxi do Município de Niterói’, que acompanham o presente Regulamento.

CAPÍTULO IX

Das Penalidades e dos Recursos

Art. 31 – Constitui infração toda ação ou omissão contrária às disposições deste Regulamento ou de outras leis, decretos, deliberações ou atos baixados pelo Poder Público competente.

Art. 32 – As penalidades conseqüentes são as previstas nas “Normas Disciplinares e da Relação de Infrações e Graduação de Sanções e Multas do Serviço de Táxis do Município de Niterói” e serão aplicados aos permissionários e seus auxiliares pelo Órgão competente da Administração Municipal.

§ 1º - Os infratores deverão ser devidamente notificados e terão as infrações registradas nas respectivas fichas de cadastro, para verificação das reincidências.

§ 2º - Considera-se reincidente aquele que violar preceito deste Regulamento por cuja infração já tiver sido autuado ou punido.

Art. 33 – Se o infrator praticar simultaneamente duas ou mais infrações previstas por este Regulamento, ser-lhe-ão aplicadas cumulativamente as penalidades a elas cominadas.

Art. 34 – Os permissionários e seus auxiliares, quando multados terão o prazo de 10 (dez) dias , a contar da data de recebimento da notificação, ou de sua publicação, quando for o caso, para apresentar o devido recurso ao Secretário Municipal de Obras e Urbanismo.

Art. 35 – Julgada procedente a infração ou não havendo apresentação de recurso no prazo previsto, o infrator será intimado a providenciar seu pagamento no prazo de 10(dez) dias.

Parágrafo Único – Findo o prazo de que trata este artigo, o permissionário, ou seu auxiliar, terá seu registro suspenso até que comprove a quitação da multa.

Art. 36 – A multa não paga no prazo regulamentar será inscrita na Dívida Ativa para sua imediata cobrança judicial.

Parágrafo Único - Os infratores que estiverem em débito de multa não poderão receber quaisquer quantias ou créditos, que tiverem com a Prefeitura, bem como recorrer de novas multas porventura lavradas.

Art. 37 – Os autos de infração em que serão lavrados as multas previstas neste Regulamento obedecerão a modelos especiais e conterão obrigatoriamente;

1 – o dia, hora e local em que foi lavrado;

2 – identificação do autuante e a descrição com clareza do fato constante da infração;

3 – a qualificação do proprietário do veículo e respectivo número de registro;

4 – endereço do proprietário do veículo;

5 – dispositivo infringido;

6 – assinatura de quem lavrou o auto.

Art. 38 – Recusando o autuado a assinar o auto, será tal recusa averbada no mesmo pela autoridade que o lavrar.

CAPÍTULO X

Das Disposições Finais

Art. 39 – A Prefeitura Municipal poderá limitar o licenciamento de táxis do Município, de modo a assegurar o equilíbrio entre a oferta e a procura desse meio de transporte.

Art. 40 – Os proprietários de veículos que operam o serviço de táxis no Município de Niterói, terão um prazo de 180(cento e oitenta) dias, a partir da data da publicação deste Regulamento para adaptação às suas disposições.

Art. 41 – As infrações correspondentes à inobservância dos dispositivos do presente Regulamento estão consubstanciadas nas “Norma Disciplinares e da Relação de Infrações e Graduação de Sanções do Serviço de Taxi”, constante do Anexo I.

Art. 42 – Este Regulamento entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO ARARIBÓIA,EM NITERÓI

ADILSON LOPES
PREFEITO

NORMAS DISCIPLINARES E DA RELAÇÃO DE INFRAÇÕES E GRADUAÇÃO DE SANÇÕES E MULTA DO SERVIÇO DE TÁXI A QUE SE REFERE O “ REGULAMENTO DOS SERVIÇOS DE TÁXIS”, APROVADO PELO DECRETO Nº 4150/84.

| | | |
|---------|---|-----------|
| 1. | Das Empresas | |
| 1.1. | Infrações Administrativas | Sanções |
| 1.1.1. | Utilizar motoristas sem habilitação profissional | Grupo E-1 |
| 1.1.2. | Manter em serviço motorista portador de moléstia contagiosa ou infecto-contagiosa..... | Grupo E-2 |
| 1.1.3 . | Permitir trabalho de motorista sem estar o mesmo matriculado na Prefeitura..... | Grupo E-2 |
| 1.1.4. | Não cumprir editais, avisos, ordens ou instruções dos órgãos competentes..... | Grupo E-1 |
| 1.1.5. | Não orientar os motoristas sobre determinações atinentes a transportes em veículo de aluguel a taxímetro..... | Grupo E-2 |
| 1.1.6. | Remunerar o motorista por comissão sobre a fêria do veículo..... | Grupo E-1 |

| | | |
|-----------|---|--|
| 1.1.7. | Não comunicar ao órgão competente da Prefeitura dispensa do motorista..... | Grupo E-3 |
| 2- | Das empresas e autônomos | |
| 2.1.1 | Trafegar sem apólice de seguro de responsabilidade civil..... | Grupo E-1 |
| 2.1.2 | Colocar desautorizadamente no veículo inscrição, desenho, decalque ou prospecto de propaganda de qualquer natureza..... | Grupo E-4 e retirada imediata da inscrição ou prospecto de propaganda de qualquer natureza |
| 2.1.3. | Trafegar sem documentação de veículo exigido pela legislação em vigor..... | Grupo E-3 e Apreensão do veículo. |
| 2.1.3.1. | Licença do veículo ou fotocópia autenticada pelo órgão competente..... | Grupo E-3 |
| 2.1.3.2 | Selo de vistoria..... | Grupo E-3 |
| 2.1.3.3 | Selo de aferição..... | Grupo E-3 |
| 2.1.3.4 | Certificado de Seguro Obrigatório..... | Grupo E-3 |
| 2.1.3.5 | Exigir o pagamento de passagem em caso de interrupção de viagem, independente da vontade do usuário..... | Grupo E-3 |
| 2.1.4 | Não manter junto à documentação de carro as identificações determinadas pela Prefeitura..... | Grupo E-4 |
| 2.1.5 | Desautorar ou recusar documentos à fiscalização..... | Grupo E-2 |
| 2.1.6 | Trafegar com excesso de lotação, tomando-se por base a capacidade licenciada..... | Grupo E-3 |
| 2.1.7 | Colocar veículo em tráfego sem autorização da Prefeitura..... | Grupo E-1 |
| 2.1.8 | Fazer reparos nas vias públicas..... | Grupo E-4 |
| 2.1.9 | Abandonar veículo na via pública..... | Grupo E-3 |

| | | |
|---------|---|---|
| 2.1.10 | Cobrar pela tarifa 2 fora das horas e horários permitidos..... | Grupo E-3 |
| 2.1.11 | Recusar passageiro sem estar em hora de almoço ou rendição devidamente autorizado, mesmo quando portador de bagagem desde que as dimensões da mesma sejam permitidas..... | Grupo E-3 |
| 2.1.12 | Violar Taxímetro..... | Cassação da permissão, caso o veículo pertença a autônomo ou perda do veículo, caso a responsabilidade seja da empresa. |
| 2.1.13 | Realizar transporte coletivo de passageiro – lotação – ou cobrar o preço da passagem em desacordo com o taxímetro..... | Cassação da permissão e a retenção do veículo para a retirada da placa de aluguel. |
| 2.1.14 | Entregar a direção do veículo a terceiro, em desacordo com a permissão..... | Cassação da permissão e a retenção do veículo para a retirada da placa de aluguel. |
| 2.2 | Infrações referentes ao veículo | |
| 2.2.1 | Alterar as características aprovadas para o veículo..... | Grupo E-1 |
| 2.2.2 | Não dispor da necessária iluminação Interna..... | Grupo E-6 |
| 2.2.3 | Manter em mau estado os bancos..... | Grupo E-5 e Apreensão do veículo. |
| 2.2.3.1 | Forro rasgado | |
| 2.2.3.2 | Mola quebrada | |

| | | |
|---------|---|-----------------------------------|
| 2.2.4 | Manter em mau funcionamento as portas..... | Grupo E-2 |
| 2.2.5 | Manter em mau estado a carroçaria..... | Grupo E-2 e apreensão do veículo. |
| 2.2.6 | Trafegar sem vidros ou com vidros quebrados..... | Grupo E-3 e apreensão do veículo |
| 2.2.7 | Não manter limpeza no veículo..... | Grupo E-4 |
| 2.2.7.1 | Externa | |
| 2.2.7.2 | Interna | |
| 2.2.8 | Manter em mau estado a pintura..... | Grupo E-2 |
| 3 - | Dos Auxiliares | |
| 3.1 | Infrações Administrativas | |
| 3.1.1 | Trabalhar sem estar de posse dos documentos exigidos pela legislação em vigor..... | Grupo E-3 |
| 3.2 | Não apresentar, quando solicitado, o registro diário do veículo..... | Grupo E-3 |
| 3.3 | Dirigir sem estar matriculado na Prefeitura ou sem registro na empresa..... | Grupo E-4 |
| 4- | Das Normas da Ética profissional | |
| 4.1 | Faltar com urbanidade com o público..... | Grupo E-3 |
| 4.2 | Não prover garantias e comodidades aos passageiros, com excesso de velocidade, freadas bruscas e arrancadas bruscas..... | Grupo E-3 |
| 4.3 | Fumar quando em serviço..... | Grupo E-3 |
| 4.4 | Trabalhar com roupa suja, sem estar convenientemente barbeado, ou em desacordo com o uniforme previsto pela Prefeitura..... | Grupo E-3 |
| 4.5 | Ligar rádio receptor, quando conduzindo passageiro, sem a permissão | |
| 4.6 | Praticar ato de incontinência pública..... | Grupo E-3 |
| 4.6.1 | Estar embriagado quando em serviço. | |

- 4.6.2Portar armas sem autorização policial
- 5-Adotar-se-ão os seguintes critério para aplicação de sanções previstas neste Capítulo:
- 5.1As percentagens constantes das colunas nas infrações e reincidências são aplicadas com base em “Unidade de Valor Fiscal do Município de Niterói”
- 5.1.2Para efeitos de aplicação das multas serão consideradas reincidência as repetições de infrações verificadas no período de cento e oitenta dias pelo mesmo auxiliar ou no mesmo veículo.
- 5.2As infrações ou reincidências serão punidas com sanções que são classificadas de acordo com a sua gravidade, nos grupos constantes do seguinte quadro:

| GRUPO | INFRAÇÃO (UFINIT) | 1ª REINCIDÊNCIA (UFINIT) | 2º REINCIDÊNCIA (UFINIT) |
|-------|-------------------|--------------------------|--------------------------|
| E-1 | 3 | 4 | Cassação da permissão |
| E-2 | 2 | 3 | 4 |
| E-3 | 1 | 2 | 3 |
| E-4 | 1 / 2 | 1 | 2 |
| E-5 | 1 / 3 | 1 / 2 | 1 |
| E-6 | 1 / 10 | 1 / 5 | 1 / 2 |

ANEXO QUE ACOMPANHA O REGULAMENTO DO TÁXI

OBS:

AZUL BÁLTICO (3019 OU 9519 – DUCO /DULUX)

OU

AZUL TAPAJÓS (0233 – DUCO/DULUX)

OU

AZUL DE IGUAL TOM DE OUTRO FABRICANTE

FAIXA BRANCA (4647 – DUCO/DULUX)

OU

IGUAL TOM DE OUTRO FABRICANTE

Dimensões:

DA FAIXA BRANCA: 15 cm de ALTURA (nas laterais do veículo)

DOS DÍGITOS: 10 cm DE ALTURA

0,8 cm DE LARGURA

Localização das faixas laterais:

IMEDIATAMENTE ABAIXO DAS MAÇANETAS

